

Chamada de Propostas para o VIII Fórum da Internet no Brasil

Título do workshop

Abrindo dados sem abrir a privacidade dos cidadãos: intersecções entre política de dados abertos e proteção de dados pessoais.

Formato do workshop

painel

Outro**Este workshop é proposto pela entidade a qual faço parte?**

nao

Nome do/a proponente

Monica Maia Ribeiro

Nome do responsável pelo workshop

Monica Maia Ribeiro

Estado do/a proponente

sp

Organização do/a proponente

NWADV Advocacia

Setor do/a proponente

setor_empresarial

Nome do/a co-proponente

Maria Cecília Gomes

Estado do/a co-proponente

sp

Organização do/a co-proponente

Baptista Luz Advogados

Setor do/a co-proponente

setor_empresarial

Resumo do workshop

Numa sociedade cada vez mais movida pela análise de dados, é fundamental analisar as políticas públicas para a proteção de dados pessoais e as formas de utilização destes pelos governos. Ao mesmo tempo, no contexto de ampliação dos padrões é necessário compreender o cenário brasileiro e enxergar de que forma o país pode vir a inovar fazendo uso dos dados abertos. o objetivo do workshop é debater os desafios e oportunidades para a garantia da privacidade e da proteção dos dados dos cidadãos.

Descreva abaixo os objetivos do workshop e os conteúdos que serão discutidos

As novas aplicações e inovações tecnológicas, ao mesmo tempo que permitem o acesso aos dados para prover a melhoria em serviços públicos e outras atividades dos governos, também podem ser um fator de risco à privacidade das cidadãs e dos cidadãos. Nesse sentido, o painel tem como objetivo discutir as oportunidades e os desafios que os dados abertos proporcionam para as melhorias nas atividades da administração pública e também na possibilidade de criar-se inovações tecnológicas que, em contrapartida, podem prejudicar na privacidade dos cidadãos. Dentre os conteúdos que serão discutidos, destaca-se a revisão e apresentação de um resumo do aparato legal no país, tais como a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Marco Civil da Internet e os projetos de lei relacionados à Proteção de Dados Pessoais e como isso afeta as organizações públicas. Além disso, é proposta uma comparação e análise de legislação internacional, principalmente a General Data Protection Regulation (GDPR), adotada no âmbito europeu. Outro ponto que pretende ser discutido é uma análise das capacidades quanto ao uso das tecnologias pelo governo para garantir a privacidade dos cidadãos. Tal questão será analisada a partir dos resultados da pesquisa TIC Governo Eletrônico, estudo conduzido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Por fim, serão debatidas iniciativas de dados abertos existentes e recomendações para a implementação desse tipo de política a partir da perspectiva da

privacidade dos cidadãos e da proteção dos dados pessoais.

Forneça uma justificativa sobre a relevância do tema para a Governança da Internet

O tema do presente painel está diretamente ligado ao princípio da liberdade, privacidade e direitos humanos, previsto no Decálogo escrito pelo CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). A privacidade no Brasil, inicialmente está prevista implicitamente na Constituição Federal de 1988. O legislador assegurava a privacidade do indivíduo tão somente em correspondências via correio ou então, através da viabilidade de escuta telefônica apenas com autorização judicial. O princípio da privacidade ficou explícito na legislação no ano de 2014, por meio do Marco Civil da Internet, a Lei nº 12.965/2014, que traz como princípio a proteção da privacidade. Neste sentido, o direito à privacidade vai além, passa do mundo offline para o online, e não obstante, coloca como dever de diversos setores a proteção dos dados pessoais. As organizações governamentais, em todas as suas esferas, coletam dados dos cidadãos e das cidadãs, bem como, fazem uso desses dados, seja para novas políticas públicas ou para obtenção de dados. Não obstante, conforme prevê a Lei de Acesso à Informação, determinadas informações devem ser disponibilizadas na Internet, preferencialmente em formatos abertos. Neste contexto, um debate sobre a proteção da privacidade dos cidadãos focado em políticas públicas, inovação e proteção de dados por parte das organizações públicas, enriquece o debate em relação ao direito de privacidade dos cidadãos e das cidadãs, contribuindo diretamente com a Governança da Internet no país.

Descreva como você pretende estruturar a participação das/os palestrantes no workshop

A mesa será composta por quatro painelistas, sendo que todas serão mulheres e cada uma irá representar um setor (Governamental, Academia, Terceiro Setor e Empresarial). O workshop tem um total de 90 minutos, neste sentido, as palestrantes terão até 17 minutos para expor seus posicionamentos. Em relação aos debates, serão disponibilizados 15 minutos para os participantes tirarem suas dúvidas com as palestrantes. Os 7 minutos restantes, serão utilizados primeiro pela Moderadora que irá apresentar a dinâmica do workshop e também irá realizar as perguntas orientadoras. Espera-se que as palestrantes abordem questões jurídicas relacionadas ao tema e iniciativas já existentes, assim como informações sobre como as organizações públicas utilizam as tecnologias para garantir a privacidade dos cidadãos. É importante também que as participantes também contribuam com recomendações sobre como os governos podem adotar políticas de dados abertos que não impliquem em riscos para o direito à privacidade

Descreva de que forma você espera envolver a audiência presencial e remota

Sobre as participações remotas, serão aceitas as perguntas realizadas pelo Twitter e YouTube, com a #GovernoePrivacidadeFIB18. Ressalta-se, que no caso do YouTube, as perguntas selecionadas estarão nos comentários da transmissão do evento. Serão disponibilizados 15 minutos para as perguntas da audiência presencial e remota.

Descreva os resultados pretendidos com a realização deste workshop

O principal resultado pretendido com a realização do painel é prestar informação para os cidadãos e as cidadãs de como seus dados estão sendo utilizados por parte das organizações públicas. Não obstante, trazer um debate e uma reflexão de como é possível utilizar os dados coletados pelas organizações públicas, sem que haja a interferência na privacidade dos cidadãos e cidadãs. Outrossim, o painel também pretende trazer ideias e novas visões sobre como os dados da população estão sendo utilizados pelas organizações públicas e se estão sendo colocados em risco ou não a privacidade dos cidadãos. Além disso, o painel pretende apresentar recomendações práticas para os gestores públicos sobre como abrir dados minimizando os riscos de ferir os direitos dos cidadãos.

Relação com os Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Relação com os outros temas

Privacidade e Proteção de dados

Relação com os outros temas

Cidadania digital

Relação com os outros temas

Big data

Outro

Nome do/a palestrante do setor governamental

Fernanda Campagnucci

Estado do/a palestrante do setor governamental

sp

Organização do/a palestrante do setor governamental

Prefeitura Municipal de São Paulo

Mini-biografia do/a palestrante do setor governamental

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura de São Paulo, onde desenvolve projetos de transparência e tecnologias cívicas desde 2013. É fellow de governo aberto da Organização dos Estados Americanos (OEA) e integrante da Rede de Líderes em Dados Abertos do Open Data Institute (ODI), além de integrar o conselho consultivo do Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E).

Nome do/a palestrante do setor empresarial

Maria Cecília Oliveira Gomes

Estado do/a palestrante do setor empresarial

sp

Organização do/a palestrante do setor empresarial

Baptista Luz Advogados

Mini-biografia do/a palestrante do setor empresarial

Advogada especializada na área de Direito e Tecnologia, com foco em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Regulação de Novas Tecnologias e Propriedade Intelectual. o Fundadora e Coordenadora do Digital Rights e Monitora do Data Privacy Brasil.

Nome do/a palestrante do terceiro setor

Manuella Maia Ribeiro

Estado do/a palestrante do terceiro setor

sp

Organização do/a palestrante do terceiro setor

Núcleo de informação e Coordenação do .br - NIC.br

Mini-biografia do/a palestrante do terceiro setor

Possui bacharelado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (2009) e Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013). Doutora e Mestre em Administração Pública e Governo na linha de pesquisa Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atualmente, é Coordenadora pela pesquisa TIC Governo Eletrônico no CETIC.br.

Nome do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

Ana Claudia Farranha

Estado do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

distrito_federal

Organização do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

Universidade de Brasília

Mini-biografia do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

Professora adjunta da Faculdade de Direito - Universidade de Brasília - FD/UnB, desenvolvendo atividades na área de Direito e Gestão Pública. É Coordenadora e professora do Programa de Pós Graduação em Direito da UnB - PPGD/UnB. É pesquisadora do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública - CEAG.

Indique abaixo se o workshop proposto terá outros/as palestrantes além dos/as citados/as acima

Nome do/a moderador/a

Maria Alexandra Cunha

Estado do/a moderador

sp

Organização do/a moderador/a

Fundação Getúlio Vargas

Mini-biografia do/a moderador/a

Maria Alexandra possui graduação em Administração (1987) e Informática (1982) pela Universidade Federal do Paraná, mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1994) e doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (2000). É professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo FGV-SP.

Nome do/a relator/a

Monica Maia Ribeiro

Estado do/a relator/a

sp

Organização do/a relator/a

NWADV - Advogados Associados

Mini-biografia do/a relator

Graduada em Direito pela Universidade Católica de Santos (2014), advogada, atualmente atua como Supervisora do Escritório NWADV. Participou de seis Fóruns da Internet no Brasil como relatora. Foi escolhida para o Programa Youth@IGF em 2015, sendo premiada com uma bolsa para participar do Internet Governance Forum. Também, foi aluna na Escola de Governança da Internet em 2017 organizada pelo CGI.br

A pessoa foi contatada pela/o(s) proponente(s) do workshop e confirmou sua intenção de participar dessa atividade no VIII Fórum da Internet no Brasil?

sim
